

MISERICÓRDIA QUERO!

UMA ÉTICA DO CUIDADO A PARTIR DAS ENTRANHAS

Ivoni Richter Reimer¹
Haroldo Reimer²

Resumo

A misericórdia é uma das características marcantes e distintivas do sentir e do agir de Deus na história da humanidade, que busca e realiza transformações profundas em quem age e em quem é favorecido por esta ação. O artigo apresenta esta característica com base em textos da Bíblia cristã e busca elucidar e motivar uma ética do cuidado eficiente. Tem também por objetivo perceber o 'como' desta ação misericordiosa de Deus e das pessoas, argumentando em favor de uma sinergia da ação misericordiosa de quem crê em Deus no seguimento e no discipulado: Deus continua agindo com paixão por meio de pessoas que se deixam tocar por sua misericordiosa e transformadora ação.

Palavras-chave: Misericórdia. Profecia. Movimento de Jesus. Bíblia. História. Ética.

Abstract

Mercy is a distinctive and outstanding characteristic of the God's act in humanity, which performs deep changes towards the one who is favored by this action. This article introduces this characteristic according to Biblical texts in order to clear and motivate an efficient ethics of care. It also aims to understand the "how" of this merciful action of God and peoples. The article argues about a synergy of the merciful actions performed by the believers: God continues acting with mercy through people who lets to be touched by His merciful and transforming action.

Keywords: mercy, prophecy, movement of Jesus, Bible, history, ethics.

Milton Schwantes, em sua tese doutoral "O direito dos pobres", publicada em 1977 na Alemanha, demonstrou e defendeu que a quebra ou a não observância da

1. Doutora em Teologia/Filosofia, pós-doutora em Ciências Humanas, professora na PUC Goiás, bolsista de produtividade CNPq, pastora da IECLB, assessora de CEBI e de SAB/Paulinas.

2. Doutor em Teologia/Filosofia, professor na PUC Goiás, reitor da UEG, bolsista de produtividade CNPq.

vontade e do direito divinos resulta em assimetrias socioeconômicas e político-religiosas, cujo ‘fruto’ são milhares de pessoas empobrecidas, de um lado, e, de outro, um punhado de gente rica, corrupta e violenta que desenvolve e articula mecanismos e estratégias para justificar, legitimar e garantir esse seu *status* produzido. Uma das formas de intervenção de Deus na história em favor das pessoas empobrecidas é motivada pela observação e percepção da injustiça, as quais inspiram e fazem explodir um sentimento profundo, a misericórdia, que põe Deus em movimento para transformar a situação de miséria e sofrimento destas pessoas na restauração do direito dos pobres. Com esta tese, Milton deu uma contribuição ímpar que adentrou universidades e movimentos em nível internacional, também como porta-voz da Teologia da Libertação, e seus desafios continuam atuais e relevantes hoje, quando afirmamos que também Milton continua presente!

Conceito e sentido da misericórdia

O conceito bíblico-teológico misericórdia/compaixão se origina do termo hebraico *raḥamim* que etimologicamente procede de *reḥem* “útero/ventre” e que na simbologia antiga está vinculado à capacidade de “sentir junto com”, ter empatia³. O útero, lugar de origem da vida e seu cuidado, é o espaço de onde brota também a mais profunda emoção que, nas situações injustas e sofridas, leva a intervir em favor da vida. Esta emoção profunda e transformadora, elaborada a partir do órgão reprodutor feminino, é transposta para Deus (Sl 16,7-11; 6; 40,12; 103,4; Is 49,15) e para Jesus, sendo que, no grego, o termo correspondente é *splanchnízomai* “ter compaixão” que provém de *splanchna* “entranhas/útero/ventre” (Mt 9,36; Mc 6,34; 8,2). Misericórdia/compaixão é sentimento oriundo das entranhas; não é apático, nem enclausurado no ‘ter pena de alguém’, mas é matriz dinâmica de reflexões e atitudes interventivas e transformadoras ou recriadoras. A misericórdia é sentimento-ação, práxis permeada pela ética do cuidado.

Motivos da manifestação da misericórdia

A misericórdia sempre vem à luz em contextos de sofrimento, de clamor e lamentação. Na tradição bíblica são mencionados vários fatores que causam situação de miséria, sofrimento, pobreza, marginalização e preconceito. A ganância (*pleonexia* “querer-ter-mais”) se expressa no acúmulo de bens, propriedades e *status*, sendo uma das principais causas de sofrimento: de um lado, a riqueza e, de outro, a pobreza, o que também cria e sedimenta os mais variados sentimentos e (pré)conceitos em relação à riqueza e principalmente à pobreza. Da ganância fazem parte a desapropriação de terra, o empréstimo de dinheiro para prática da usura (Lc 16,1-13), cobrança de juros, a escravização de gente, a manipulação de pesos e medidas, o ‘dobrar o direito’ em benefício próprio e em prejuízo de outrem. A ganância e o

3. Maiores detalhes, veja Silvia Schroer (2008).

acúmulo, enfim, são reflexos da não observância da vontade de Deus revelada por meio da Torá e dos profetas, e acabam prejudicando o próximo, como também foi vivenciado e denunciado no contexto do movimento de Jesus.

O empobrecimento acontecia de várias formas e em vários níveis, incluindo a servidão temporária⁴. O desejo de acúmulo, do qual resulta e se mantém a maior parte da riqueza, também está vinculado a práticas violentas e corruptas (Jr 22,17; Ez 22,27; Hab 2,9; Pr 10,3; 2Mc 4,50; Mc 7,21-23; Lc 12,15; 1Cor 5,10-11; 6,9-10; Rm 1,29; Ef 5,3.5; Tg 1,14-15). A ganância, uma das origens de desigualdades socioeconômicas, não é vontade de Deus. Ela própria é um ‘inimigo’ que deve ser afastado (Sl 119,36), porque ela afasta as pessoas de Deus!

As pessoas tornam-se reféns da ganância: “O rico domina sobre os pobres e aquele que toma emprestado é servo daquele que empresta” (Pr 22,7). Em caso de dívidas e de inadimplência, novo empréstimo podia ser concedido sob garantia de um penhor, que poderia ser algum objeto de uso familiar (pedra de moer do moinho: Dt 24,10-12) ou utensílios pessoais (manto: Ex 22,26; Am 2,8; cajado: Gn 38). Em casos extremos, eram penhorados membros da família, iniciando em geral por filhos(as), sendo que a entrega era consumada em caso de reiterada impossibilidade de saldar a dívida: o moço ou a moça passavam ao “poder da mão” do credor (Ex 21,2-11; Mt 18).

Esta situação de constante empobrecimento e insegurança diante das consequências das práticas da ganância também fazia com que aqueles que viviam (d)a ganância passassem a ser vistos como inimigos em várias manifestações de quem sofria sob os seus auspícios, expressas em orações e lamentações, os quais também eram acusados pelos profetas: “Juntam campo a campo, casa a casa” (Is 5,8); “Se cobiçam campos, os arrebata; se casas, as tomam; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança” (Mq 2,2). Inclusive a ‘justiça do portão’, uma prática democrática na tentativa de solucionar problemas e conflitos, é pervertida para funcionalizar e legitimar os interesses dos mais ricos e fortes (Am 5,10-17): os pobres são literalmente “esticados” ou “dobrados” (Am 5,12) e o que deveria ser um espaço de justiça acabou se transformando em “planta amarga”, e a “justiça cai por terra” (Am 5,7; Lc 11,42).

Estas várias dinâmicas de empobrecimento perpassam as tradições bíblicas e refletem as realidades e relações assimétricas de poder, mas também de resistência e organização presentes em todos os sistemas de dominação política e religiosa dentro e a partir dos quais foram escritos os textos bíblicos. Assim, a compreensão e o combate da ganância como origem de todos os males se faz presente também na práxis de Jesus, quando se constata que o “Deus dinheiro”/*mammon* facilmente adquire *status* sagrado, em prejuízo da vivência da fé manifesta em partilha, comunhão e justiça: “Ali onde está teu coração, ali está teu tesouro” (Lc 12,21.34; 16,13).

4. SCHWANTES, Milton. *Das Recht der Armen*. Frankfurt: Peter Lang, 1977.

A atuação de Jesus dá continuidade a denúncias proféticas de seus ancestrais, na percepção de que os ricos – a pequena minoria – eram latifundiários, políticos e funcionários do governo e da religião. Estes aumentavam suas posses, tomando as terras de famílias camponesas endividadas, cujos membros passavam a trabalhar como pessoas escravas ou diaristas, muitas vezes sob violência (Mt 20,1-16). Esta situação também continua a ser denunciada em comunidades cristãs (1Pd 2,18-20; Tg 5,1-6; 2,6).

O empobrecimento se mostrava em vários graus de intensidade, consoante aos processos sofridos nesta dinâmica acumulativa da ganância: a) existiam pessoas que, de tão maltratadas, ficavam com aspecto físico cansado, eram fisicamente magras, fracas e portadoras de deficiências (Sl 72,13); b) havia pessoas em situação de pobreza mendicante, as quais não mais tinham condições de sobreviver, por causa de fraqueza generalizada, necessidades e doenças (Lc 13,11; Mc 10,46); c) pelo extremo grau de empobrecimento que abrangia todos os níveis de sua vida, muitas destas pessoas também eram caracterizadas como “humilhadas” e que se encontravam em condições abaixo da subsistência mínima: pessoas mendigas, doentes, deficientes, órfãs, idosas e viúvas.

Esta situação de empobrecimento, abandono e doenças fazia as pessoas clamar, chorar e lamentar, intercedendo pela intervenção de Deus. Um dos impulsos para a ação libertadora de Deus é, desde a escravidão do Egito (Ex 3), ver e ouvir esta situação e seus clamores que dão à luz a misericórdia de Deus em ações interventoras e transformadoras.

Jeitos e tentativas de superar injustiça e violência com misericórdia

Estudos realizados demonstram que, na tradição bíblica, existem várias pistas, tentativas e estratégias para superar e evitar a existência de abismos econômico-sociais entre as pessoas, decorrente das práticas da ganância. Entre elas encontram-se o perdão de dívidas, o empréstimo por gratuidade, a partilha festiva, o pertencimento à família e à comunidade⁵.

Aqui, focamos numa das motivações teológicas para o combate da ganância e suas manifestações que maltratam a vida digna de todos os seres viventes. Trata-se da afirmação de uma das características ou atributos de Deus: a misericórdia interventiva e transformadora, amorosa e recriadora, que coloca bases para uma ética do cuidado e da responsabilidade política.

A relação de opressão e injustiça, como vimos, é indicada como uma das grandes causas de empobrecimento, marginalização e miséria para muita gente. Não sendo esta a vontade de Deus, mas fruto da ganância, é interessante perceber que Deus é invocado e apresentado como defensor, advogado e cuidador desta gente (Sl

5. Estudo pormenorizado foi por nós publicado no livro “Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos” (2011), com vasta bibliografia e bases de informação. Veja também Frank Crüsemann (1994, p. 67-93).

12,5; 72,12-14; Is 25,4). Com isto, o discurso religioso questiona e desautoriza a justificativa e a legitimidade de uma ‘teologia da prosperidade’ como bênção divina em contextos de relações econômico-sociais assimétricas de poder. Ao invés disto, a afirmação teológica acerca de Deus como interventor e cuidador visava empoderar o lado mais frágil nestas relações, buscando compensar a assimetria social e/ou romper com a mesma. Sem dúvida, dignas e carentes da proteção divina são as pessoas que se encontram “como ovelhas sem pastor”, “oprimidas e maltratadas” em decorrência da ganância socioeconômica (Mc 6,34; Mt 9; Is 3,14-15; Ex 22,24; Dt 25,12)⁶.

Deus intervém renovadamente, como já o fizera em tempos de escravidão no Egito, porque vê e ouve a dor e o clamor do povo, e se manifesta de maneira interventiva misericordiosa (Ex 22,26; Dt 4,31). A misericórdia de Deus salva a vida e transforma a existência (Gn 19,19), sendo que esta misericórdia caracteriza os caminhos e os compromissos divinos (Sl 25,10; 36,10). A misericórdia de Deus é luz que nasce nas trevas (Sl 112) e ela dura para sempre (Sl 136). Quem vive deste Deus e nele crê é chamado(a) a ser igualmente misericordioso(a) (Lc 6,36; Fl 2,1; Cl 3,12).

Textos bíblicos mostram que, por misericórdia, Deus protege pessoas órfãs e viúvas por meio da Torá, dos profetas, de Jesus e das comunidades cristãs (Ex 22,21-22; Dt 10,17-18; 14,29; 23,17; 27,19; 1Rs 17,10-13; Is 1,15-17; Sl 146, 9; Mc 12,38-44; At 9,36-42). Esta proteção inclui a denúncia da causa da pobreza e do abandono que se resume na prática do mal, expressão da não observância da vontade de Deus e da consequente não realização do direito e da justiça (Is 1,15-17; Mc 12,40). A misericórdia manifesta de Deus em favor das viúvas, por exemplo, é também juízo negativo das práticas governamentais, quando estas não atendem às suas necessidades (Jr 22,16; Sl 72,4.12-14; Mc 11,15-19).

Deus não apenas é apresentado, mas se manifesta como protetor e libertador de pessoas empobrecidas. Deus delas se compadece e intervém, protegendo-as (Sl 72,13). Contudo, ele não quer atuar sozinho, mas convoca todo o seu povo para a solidariedade que pode romper com a situação de pobreza, miséria e injustiça (Ez 18,16-18; Is 58,6-10; Sl 82,3; Mc 10,42-45; Lc 6,36).

Se Deus, nesses e outros textos bíblicos, toma partido em favor das pessoas empobrecidas, então isso remete ao fato de que os processos e as dinâmicas do empobrecimento passaram a ser entendidos, por algumas correntes e vertentes religiosas judaicas e cristãs, como problema econômico-social que implicava também um grande problema religioso, visto que a pobreza inclusive era entendida por muita gente como sinal de que a Torá não estava sendo observada⁷. A profecia, a legislação mosaica e os movimentos de renovação como o movimento de Jesus, denunciam a desigualdade socioeconômica decorrente desse processo, clamando por atitudes de mudança comportamental e de mentalidade. Em outras palavras: a profecia denuncia as injustiças

6. Cf. SCHWANTES, Milton. *Das Recht der Armen*, 1977.

7. A este respeito, veja as diversas concepções sobre situação de marginalização, doença e miséria como consequência de desobediência a Deus, respectivamente castigo e maldição, em Ivoni Richter Reimer (2008).

e suas origens, a legislação mosaica busca regulamentar as relações socioeconômicas para que as desigualdades sociais sejam superadas e/ou evitadas, e os movimentos de renovação atualizam estas tradições ancestrais para questionar e transformar situações de injustiça no presente. Nestes processos, a mudança de mentalidade e de atitudes é chamada de “conversão” (*šub; metánoia*), e ela é reivindicada principalmente de quem se enriquece por meio da ganância, da injustiça e da exploração (Mc 10,17-22). No imaginário religioso-político desses grupos somente assim, com uma mudança de rumo, seria possível transformar as relações sociais, possibilitando vida digna para todos os seres vivos, principalmente as pessoas empobrecidas.

Não sacrifícios, mas justiça, partilha e comunhão

O movimento de Jesus e as comunidades cristãs originárias bebiam da fonte que provinha da Torá e das profecias: Deus não quer sacrifícios, mas quer que o direito das pessoas empobrecidas corra como as águas e que a justiça transborde como um rio (Am 5,24; Lc 12,13-21). Somente assim as desigualdades socioeconômicas – que não são queridas por Deus e não são naturais – podem ser superadas. Somente assim finalmente as pessoas empobrecidas poderão gozar e usufruir do fruto de seu trabalho, habitando nas casas por elas construídas e se alimentando fartamente de sua terra plantada (Am 9,13-15). A transformação da realidade desigual pressupõe a conversão de quem oprime e se enriquece injustamente, sendo que assim também a ganância pode ser superada, vencida. Esta conversão contempla e implica necessariamente o perdão das dívidas e das ofensas, numa profunda reciprocidade que envolve também Deus (Mt 18,23-35; 6,12)⁸.

Para que esta profunda e radical mudança aconteça é necessário perdoar dívidas, emprestar sem esperar devolução, partilhar comida e viver (d)a vontade de Deus. Também comunidades cristãs originárias esboçaram e experimentaram a comunhão e a partilha como estratégias de ruptura e superação de desigualdades socioeconômicas: repartir conforme a necessidade e para que não haja mais pessoas necessitadas (At 4,34)!

Em perspectiva da experiência religiosa, é importante resgatar uma confissão de fé cristã originária: pessoas batizadas em Cristo são novas criaturas que vivem e renovam diariamente seu batismo e sua fé. Revestidas de Cristo, elas agem no mundo em conformidade com o projeto de Deus, participando de seu Reino, inconformadas com a escravidão, as desigualdades socioeconômicas e as relações assimétricas de poder (Gl 3,26-28; 2Cor 5,17; Rm 6,4). Colocam-se a serviço de Deus, rompendo barreiras de classe, gênero, etnia e idade. Colocam sinais concretos de que a transformação não só é possível, mas absoluta e imediatamente necessária: “Entre vós não é assim” (Mc 10,43)”

Neste movimento de mudança, a práxis da misericórdia/compaixão em movimentos populares e de renovação na Antiguidade colocou marcas inconfundíveis e

8. Veja estudo e material em Haroldo Reimer e Ivoni Richter Reimer (1999).

desafiadoras, como já mencionado. Esta práxis teve continuidade também no contexto das realidades marcadas pela dominação romana. Aqui, concentramos o foco em experiências no movimento de Jesus, narradas nos evangelhos.

Misericórdia no contexto e a partir da práxis de Jesus

O movimento de Jesus articulava-se num contexto de sofrimentos que se manifestavam no cotidiano da vida de milhares de pessoas, ocasionados por conjunturas políticas e socioeconômicas de ocupação e exploração da terra e dos corpos: taxas, impostos, violência de guerras e estupros, dívidas, escravidão, doenças, marginalização... Neste contexto, a religião judaica desempenhava uma função importante de dar sentido à existência num ‘mundo sem-alma’, reunindo o povo em torno da oração, do estudo da Palavra, celebrações e procissões, ritos e (re)construção de identidade. Contudo, numa dinâmica de contradição e conflitos, também esta religião repercutia na vida do povo de maneira ambígua, na medida em que a instituição religiosa, por meio de suas lideranças e que se estendia para dentro da vida familiar e social, tornava-se um peso a mais e de cunho espiritual por meio de impostos e exigências religiosos para realização de ritos e de pertença ao povo, o que, portanto, calava fundo na vida do povo.

Neste contexto, uma das práticas e demonstrações marcantes deste ‘mundo sem-alma romano’ era a condenação à morte por crucificação que se colocava como realidade e ameaça para movimentos sociais e religiosos que buscavam transformação que repercutia em todos os níveis da vida. Havia tentativas de resistir à dinâmica atroz da ganância e suas consequências. Contudo, a contrarresistência era impiedosa: interrogatórios, tortura, envergonhamentos públicos e a pena de morte romana visavam desestruturar e aniquilar protestos, reivindicações, levantes e experiências religiosas que contrariavam as normas romanas (At 16,20-21), condenando principalmente suas lideranças, mas não deixando de executar também o povo flagrado nessas práticas (Mc 15,22-27).

Demonstração desta estratégia político-jurídica é uma passagem que encontramos nos *Anais* do historiador romano Tácito, referindo-se ao tempo do imperador Tibério (16 aC – 37 dC) que havia mandado matar todas as pessoas que foram presas por causa da acusação de participar de uma conspiração. Este era o tempo em que Jesus vivia e organizava seu grupo para uma vida em comunhão, partilha e solidariedade com as pessoas que sofriam o revés da vida organizada por aquele sistema. A prática de condenação romana narrada por Tácito, abaixo citada, também elucida o que poderia acontecer com amigos(as) e parentes de pessoas condenadas, caso fossem pegos próximos(as) ao lugar da execução, o que vale também para os relatos evangélicos da crucificação de Jesus (Mc 15,40-41.47; Mt 27,55-56.61; Lc 23,49.55-56)⁹.

9. A respeito dos perigos e cuidados que amigos(as) e parentes das vítimas de execução tinham que cuidar e da questão legal que impedia a proximidade dos(as) mesmos(as), veja Richter Reimer (2012).

Destacamos esta citação de Tácito por três motivos: a) interessa-nos o fato de que condenados eram homens, mulheres e crianças de todas as classes e idades que se opunham ao sistema romano; b) ela demonstra a crueldade presente no próprio sistema jurídico-legal romana e na realização da execução; c) ela caracteriza esta prática como demonstrativa para a realidade da falta de comunhão e da inexistência da compaixão em decorrência do medo e do horror que se espalhava na vida e no imaginário dos povos dominados, em decorrência da própria política de ocupação e dominação:

Havia ali um monte de cadáveres, de ambos os sexos, de todas as idades, ilustres e ignorantes. [...] Não se permitia que parentes e pessoas amigas se aproximassem para pranteá-los, nem para observá-los por mais tempo. [...] os guardas tinham de permanecer junto aos cadáveres até que estivessem apodrecidos e fossem arrastados para dentro do rio Tibre. [...] *Anulado estava qualquer sentimento de comunhão por causa do poder do medo, e na mesma medida em que crescia o horror também diminuía a compaixão*¹⁰.

A falta da misericórdia/compaixão é fruto do medo e do horror de violências institucionais... A experiência religiosa ou a fé, porém, vence o medo, ressignificando a existência!

É importante perceber, neste contexto, que o movimento de Jesus se articulava entre as possibilidades de organização e de formação, de expressão de espiritualidade contemplativa e transformadora, de intervenção junto às pessoas que sofriam e clamavam por socorro. Sem dúvida, os(as) discípulos(as) de Jesus também sentiam medo, a ponto de negar, trair e fugir... Contudo, Jesus havia demonstrado que ele via, observava e compreendia o povo doente, faminto e discriminado, e intervinha em seu favor. Com base em sua própria formação, Jesus foi capaz de traduzir o ensino religioso recebido na percepção de que este povo doente e machucado vivia “como ovelhas sem pastor” (Mc 6,34) e sua acolhida desse povo, em forma de cura e restauração da dignidade da vida, denunciava o descompromisso e a corrupção das lideranças religioso-políticas de sua época.

Recordando antigas tradições proféticas e legais que viam nas lideranças religiosas a figura do ‘pastor’ que deveria cuidar bem de seu rebanho/povo (1Rs 22,17; Nm 27,17; Jr 2,8; 10,21; 23,1-2; Ez 34,3-4; Zc 10,2), Jesus questionava as estruturas socioreligiosas de seu tempo, e intervinha em favor do povo sofrido, como Deus já havia feito em tempos de escravidão e exploração por meio de Moisés (Ex 3), de profetas, profetisas e ‘militantes aliados(as)’ (Jz 4-5; Js 2).

Os textos que apresentam a ação de Jesus baseada na misericórdia/compaixão utilizam o verbo grego *splanchnízomai*, derivado do substantivo *splanchna* “entranhas”, como já abordado acima. Trata-se das partes viscerais-uterinas do corpo, das quais, no imaginário antigo, brotavam as emoções. Como tal, o verbo indica um

10. TACITUS, *Annalen* VI, 19, traduzido e destacado por nós.

profundo sentimento que revolve as entranhas no sentido de referir a um trabalho interior de conscientização acerca do sofrimento humano e suas causas e que conduz a uma práxis transformadora desta realidade. Jesus sente profundamente a situação do(a) outro(a) que necessita de socorro, coloca-se em seu lugar e é esse lugar que determina sua intervenção, de modo que a compaixão é característica motivadora da ação transformadora de Jesus (Mt 9,36; Mc 6,34).

Dar à luz a misericórdia, deixá-la aflorar é contradizer e se opor aos interditos político-ideológicos, como nos mostrou a citação de Tácito, é colocar-se a caminho de vencer o medo e o horror das violências e das misérias. Viver misericórdia é acolher, curar, libertar. A compaixão de Jesus vem acompanhada de olhar, palavra, gesto, autoridade, ternura e radicalidade. Quando ela aflora, denuncia aquilo que machuca a vida por meio de exploração, injustiça, ganância e violência. Assim, a misericórdia torna-se práxis político-religiosa, porque questiona e propõe outras relações baseadas em partilha, comunhão e justiça. A misericórdia de Jesus como revelação do amor encarnado de Deus é ruptura com todo e qualquer sistema socio-cultural, político-econômico e teológico-interpretativo que gera, causa, legítima e mantém opressão.

Nos evangelhos, o termo “ter compaixão/misericórdia” aparece como o elemento que desperta a ação libertadora de Jesus nos relatos de doença/cura, fome e abandono (Mc 1,41; 5,19; 6,34; 8,2; 9,22-24). A misericórdia é um sentimento profundo que não se satisfaz em ‘sentir’, mas que acessa um poder dinâmico e transformador que engendra processos de libertação, partilha e comunhão.

Nas narrativas de curas realizadas na relação entre pessoas doentes e Jesus, pode-se perceber que a misericórdia despertada é caminho de duas vias e é profundamente relacional: ela transforma a vida de quem necessitava de socorro/ajuda e simultaneamente ela também modifica ou re-significa a vida de quem age com misericórdia (Mt 15,28). Cada palavra e ação geradas pela compaixão liberta do orgulho, da autossuficiência, da resignação e da apatia. Ela põe em movimento, faz levantar e, com isso, testemunha o amor de Deus. As curas e as práticas terapêuticas e exorcísticas de Jesus estão permeadas pela práxis desencadeada pela misericórdia, da qual também fazem parte o diálogo (Mc 9,21-24; 10,49.51), a gentileza e a força do gesto bem como a palavra de fé e esperança (Mc 1,31; Mt 9,2.22.29; Lc 5,13; 13,12-13), e o seguimento como resposta à cura (Mc 10,52).

A partilha de pão e peixe, que resulta em fartura para a multidão e na sobra de alimentos, é igualmente desencadeada pela compaixão que nasce das entranhas de Jesus ao ver o povo faminto e cansado (Mt 6,34-44; 8,1-9). Esta percepção profunda não estatiza, mas dinamiza a organização para a ação: ver a necessidade, ver o que há de alimento disponível, abençoar o alimento, providenciar a partilha, a distribuição e o recolhimento das sobras; saciados deverão ser o povo de Israel e todos os povos¹¹.

11. Maiores detalhes acerca das semelhanças e diferenças entre as duas narrativas em Marcos, veja em Richter Reimer (2012).

Nestas duas formas de manifestação da misericórdia (curas e partilha) podemos perceber como, por meio de ações transformadoras, Jesus ensina seus discípulos e discípulas a igualmente intervir nas dores causadas por abandono, ganância e violências. Colocar-se a serviço do Reino de Deus é deixar as marcas e os sinais de cura, acolhida e partilha; é aprender a organizar, distribuir e bendizer; é dialogar, perceber as necessidades e agir, questionando e superando as origens de tantos sofrimentos. Esta é a sinergia que agrada a Deus e é por ele solicitada (Am 5; Lc 6,36).

No movimento de Jesus, além das tradições proféticas que culminavam em práxis de misericórdia em relação às pessoas doentes, empobrecidas, abandonadas, foram resgatadas também tradições sapienciais que contribuíram na construção de uma espiritualidade que tem na compaixão um de seus referenciais e diferenciais (Mc 6,34; 8,2; 9,22; 10,47-48). O anúncio e a vivência do Reino de Deus têm cunho religioso, mas são igualmente práxis política¹² na medida em que vão tecendo outros modelos e diretrizes de convivência, de organização de vida e de poder: quem quiser ser “primeiro” deve colocar-se a serviço, na diaconia, a exemplo de Jesus (Mc 9,35; 10,43-44).

Este caminho de misericórdia e de diaconia de Jesus culminou em sofrimento e morte de cruz. Contudo, o evangelho de Marcos, por exemplo, vê o evento terrível da cruz de forma ressignificada pela perspectiva da ressurreição: ele não afirma que Deus quis sacrificar seu Filho, mas que Deus é capaz de transformar esta horrível situação de cruz e morte em vida nova, transformada e liberta como sinal de assentimento a toda práxis que Jesus viveu e realizou em sua vida. Para Marcos, Jesus é o Filho de Deus que vive e sofre como gente e com a gente, e intervém como servo cuidador; Jesus é mestre nas caminhadas de ensinar e aprender e é o ‘pastor’ que cuida de seu rebanho com-paixão!

Misericórdia antes e depois da ‘Rio + 20’: perplexas perspectivas

A práxis da misericórdia se põe na contramão dos caminhos planejados para e pelos poderosos e, por isso, não é caminho de glória, mas de cruz, gratuidade e doação: a intervenção misericordiosa mexe com e esbarra em pessoas, estruturas e dinâmicas que representam sistemas de relações assimétricas de poderes. Neles não há lugar para a proposta e a práxis da misericórdia, porque esta questiona a raiz de todos os males que sustenta estes sistemas, que reagem violentamente a essa proposta, como vivenciado por Jesus em seu caminho que culminou na cruz.

Por isso é que a misericórdia deve andar de mãos dadas com a sua irmã solidariedade e com seu irmão cuidado. A irmã solidariedade fortalece a esperança que vem dos porões da humanidade, dos lixões do mundo, também e ainda em plenos tempos de ‘Rio + 20’; devemos nos manter alertas, pois, apesar de se ter assinado

12. A respeito da possibilidade de compreender o ministério de Jesus como práxis política, veja a dissertação de Ferreira (2009).

muitos documentos em nível nacional e internacional, muito pouco se fez efetivamente para preservar a vida e modificar os rumos das intervenções humanas nos ecossistemas... Por isto, o irmão cuidado ensina a ter astúcia e atenção para não cair nas armadilhas do poder que engendra, sempre de novo, processos de assimilação, adaptação e ‘engolimento’ de resistências e propostas alternativas, a fim de lucrar com assimilações ‘sustentáveis’ que sustentem o próprio sistema...

É preciso parar. É urgente transformar as relações de poder e de *status* a partir de baixo, dos pequeninos(as) e da variedade de ecossistemas, a partir da necessidade do desaceleramento em oposição ao aceleração da economia do mercado, da prática do não acúmulo e do miniconsumo etc. em multifacetários processos de empoderamento crítico-constutivo, em nível local e global, pessoal e coletivo. A ética do cuidado deve ser também uma ética da eficiência que não apenas cresce, mas principalmente previne situações de injustiça, miséria e sofrimento. Assim, quiçás, o cuidado e a solidariedade possam deixar que sua irmã misericórdia descanse, finalmente, em paz que brota da justiça...

Bibliografia

CRÜSEMANN, Frank. Das Alte Testamente als Grundlage der Diakonie. In: SCHÄFER, G.K.; STROHM, Th. (orgs.). *Diakonie: biblische Grundlagen und Orientierungen*. Ein Arbeitsbuch zur theologischen verständigung über den diakonischen Auftrag. 2. ed. Heidelberg: HVa, 1994.

REIMER, Haroldo; RICHTER REIMER, Ivoni. *Tempos de graça*. O jubileu e as tradições jubilares na Bíblia. São Leopoldo: CEBI; Sinodal; São Paulo: Paulus, 1999.

_____. Defesa da dignidade humana em textos da Bíblia. In: RICHTER REIMER, Ivoni (org.). *Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos*. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012, p. 27-46.

RICHTER REIMER, Ivoni. *Milagre das Mãos: curas e exorcismos de Jesus em seu contexto histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG; São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. *Compaixão, cruz e esperança: teologia do evangelho de Marcos*. São Paulo: Paulinas, 2012.

SCHROER, Sílvia. O útero e a compaixão. In: SCHOTTROFF, Luise; SCHROER, Sílvia; WACKER, Marie-Theres. *Exegese Feminista: resultados de pesquisas bíblicas a partir da perspectiva de mulheres*. Tradução de Monika Ottermann. São Leopoldo: Sinodal, 2008, p. 156-157.

SCHWANTES, Milton. *Das Recht der Armen*. Frankfurt: Peter Lang, 1977.

TACITUS, P. Cornelius. *Annalen*. Lateinisch und deutsch (Erich Heller, ed.). München; Zürich: Artemis Verlag, 1982.